

CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS
ATA DA REUNIÃO DO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E
VINTE E TRÊS

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, 10h05, o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, no auditório do Parque Tecnológico, sob a presidência Professor João Ramos Torres de Mello Neto. Estavam presentes à Sessão o Superintendente Geral de Pós-graduação e Pesquisa, Felipe Siqueira de Souza da Rosa, a Superintendente Acadêmica de Pós-graduação Fernanda Carvalho de Queiroz Mello; a Superintendente Administrativa, Marília Moraes Lopes, os Conselheiros Docentes representantes dos Centros Universitários: Alexandre Guedes Torres (CCMN), Benjamin Rache Salles (CCMN), Adriana Santarosa Vivacqua (CCMN), Julie de Araujo Pires (CLA), Ethel Pinheiro Santana (CLA), Juliana Beatriz Almeida de Souza (CFCH), Marta dos Reis Castilho (CCJE), Joseph David Barroso Vasconcelos de Deus (CCJE), Alex Ferreira Magalhães (CCJE), Kátia Vergetti Bloch (CCS), José Garcia Abreu Jr. (CCS), Claudia Pinto Figueiredo (CCS), Verônica Maria Araujo Calado (CT) Marcelo Gomes Miguez (CT), Márcio de Almeida D'Agosto (CT) e Diego de Holanda Saboya Souza (CT). As Conselheiras representantes do Fórum de Ciência e Cultura: Eliane Guedes e Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho. Os representantes discentes: Natália Silva Trindade e Roberto Guardatti Gambine Moreira. O representante dos técnicos-administrativos: João Sérgio dos Santos Assis. Os representantes do Campus Macaé: João Luiz Mendes Wanderley e Leonardo Maciel Moreira. Iniciou-se com o Inclusão de Ponto de Pauta – Adiamento do Calendário do Edital ALV/2023 -O presidente da Sessão, João Neto, justificou a urgência da matéria e submeteu ao Plenário a proposta de inclusão, aprovada por unanimidade. Sem inscritos, passou-se à **Ordem do dia. 1- Adiamento do Calendário do Edital ALV/2023.** Em seguida, o Conselheiro Renato Ventura apresentou a exposição de motivos. Informou que, em nome da CCDP, submetia ao Conselho uma proposta de adiamento do cronograma do edital ALV/2023, ressaltando que as razões permaneciam as mesmas já apresentadas anteriormente em sessões passadas. O Conselheiro destacou o acúmulo excepcional de atividades no âmbito do CEPG, iniciado com as demandas da COTAV e intensificado com os processos urgentes de análise de APCNs (propostas de criação de novos cursos de pós-graduação). Mencionou ainda a redução do número de Conselheiros ativos na Câmara e o aumento expressivo de propostas submetidas, superior ao quantitativo observado em editais anteriores. **1.1-** Justificou que a proposta de alteração do calendário possuía caráter “prudente e otimista”: prudente, por considerar as incertezas relacionadas aos recursos financeiros destinados ao edital; e otimista, por buscar garantir sua execução ainda dentro do exercício de 2023, encerrando as avaliações até o final de novembro. **1.2-** Após leitura integral da proposta de cronograma revisado, o Conselheiro ressaltou que o cumprimento dos prazos dependeria da colaboração de avaliadores *ad hoc* e informou que enviaria, aos Presidentes de Câmara, sugestões de nomes para ampliar a capilaridade da indicação desses especialistas. **1.3-** Submetida a proposta à votação, a Alteração do Calendário do Edital ALV/2023 foi aprovada com uma

abstenção. Passou-se **2- Aprovação dos Pareceres das APCNs;** **2.1.** Doutorado Profissional em Música- O Conselheiro Leonardo Maciel, após autodescrição, realizou a leitura do parecer da Câmara de Avaliação e Acompanhamento de Cursos (CAAC) referente à proposta de criação do Doutorado Profissional em Música, encaminhada pela FAAC. **2.1.1-**O parecer foi amplamente elogiado pelos presentes e, após apreciação, foi aprovado por unanimidade. **2.1.2-** Em seguida, a Conselheira Ethel Pinheiro manifestou agradecimento ao relator e à CAAC, ressaltando o trabalho realizado também pela Comissão de Legislação e Normas (CLN), responsável pela análise do regulamento do curso. Enfatizou que, embora todas as propostas tivessem sido avaliadas em sua integralidade, o foco da CLN é a conformidade normativa. Informou que o regulamento do Doutorado Profissional em Música (processo nº 23079.225.274/2023-4) foi amplamente revisado, tendo sido solicitadas diversas correções de forma e ajustes para garantir legibilidade, coerência temporal e perenidade normativa, evitando menções a decretos ou portarias suscetíveis de alteração. **2.1.3-** Após leitura do parecer final da CLN, o documento foi aprovado por unanimidade. **2.1.4-** O Conselheiro João Mendes, representando a CCDP, apresentou o parecer complementar da Câmara, também aprovado por unanimidade. **2.2.** Programa de Pós-Graduação em PRODBIO. Na sequência, o Conselheiro João Sérgio realizou a leitura do parecer da CAAC referente ao PPG em PRODBIO, igualmente aprovado por unanimidade. **2.2.1-** O Conselheiro Márcio D'Agosto, relator pela CLN, fez a leitura do parecer, igualmente aprovado por unanimidade. **2.2.2-** A Conselheira Adriana Vivacqua, relatora pela CCDP, destacou que esta foi a primeira vez que a Câmara emitiu pareceres sobre APCNs, o que exigiu maior atenção à composição do corpo docente e à articulação entre as comissões. Agradeceu a colaboração dos membros e registrou que a CCDP deverá aperfeiçoar a divisão de responsabilidades analíticas em processos futuros. **2.2.3-** A Superintendente Fernanda Mello aproveitou o momento para informar o calendário das próximas avaliações dos APCNs e convidou os Conselheiros a colaborarem com a indicação de novos relatores. Passou-se à **3- Instrução Normativa sobre Acúmulo de Bolsas.** O Conselheiro Alexandre Guedes, após saudação e autodescrição, apresentou a proposta de Instrução Normativa (IN) que estabelece critérios e orientações sobre o acúmulo de bolsas de pós-graduação na UFRJ, elaborada a partir de recomendações do COPROP e debatida no Grupo de Trabalho instituído pelo CEPG. **3.1-** O conselheiro Alexandre Guedes destacou que a versão encaminhada previamente aos Conselheiros havia passado por ajustes redacionais para garantir objetividade e clareza, preservando o conteúdo essencial. **3.2-**O Conselheiro José Garcia iniciou o debate manifestando surpresa com a inclusão da matéria em pauta, ponderando que, antes de se discutir regras normativas, seria importante refletir sobre os princípios que regem a dedicação dos pós-graduandos. Ressaltou as dificuldades enfrentadas pelos programas experimentais, especialmente diante da crise de evasão e da queda na atratividade das bolsas. Observou que o sistema de pesquisa brasileiro é sustentado pela pós-graduação e alertou para o risco de uma regulamentação excessivamente restritiva agravar o problema. Apesar de reconhecer o mérito técnico do texto, defendeu que o Conselho atuasse com prudência institucional e visão sistêmica. **3.3-** O Conselheiro Renato Ventura, em resposta, reconheceu a pertinência do alerta, mas enfatizou a urgência prática da matéria, uma vez que a CAPES havia emitido portaria flexibilizando o acúmulo e as coordenações demandavam orientação imediata. Ressaltou que a crise na pós-graduação exigia simultaneamente debate de princípios e agilidade administrativa, sendo a IN uma medida temporária para evitar insegurança nos programas. **3.4-** O Presidente da Sessão reforçou o caráter pragmático da deliberação, informando que o tema fora amplamente discutido em fórum de pró-reitores com a equipe da CAPES. Explicou que a medida federal buscava, entre

89 outros objetivos, aproximar a academia do setor produtivo e regularizar situações
90 preexistentes em que discentes mantinham vínculos empregatícios, especialmente em
91 comunidades quilombolas ou setores onde o desligamento não era possível. **3.5-** O
92 Conselheiro Alexandre Guedes salientou que, embora pontual, o tema possuía dimensão
93 estrutural e não deveria ser esgotado na IN. Citou precedente recente do CONSUNI sobre
94 seguridade social e previdência estudantil, defendendo continuidade do debate. **3.6-** O
95 Conselheiro Márcio D'Agosto complementou explicando que o documento da CAPES se
96 apoia em diversas normas, algumas específicas por modalidade (como o PROEX), nas
97 quais permanece a exigência de dedicação exclusiva. Recomendou que os programas
98 observassem a integração entre documentos orientadores e regulamentadores, evitando
99 sanções por descumprimento de regras de fomento. **3.7-** A Conselheira Natália Trindade,
100 representante discente, relatou participação em oficina do PNPG com CAPES e FAPERJ,
101 onde se discutiu o problema da evasão e da fixação de mestres e doutores. Defendeu a
102 importância de reconhecer a diversidade de realidades dos programas e de legalizar
103 práticas já existentes, enfatizando que a IN visava garantir segurança jurídica aos
104 discentes e coordenadores. **3.8-** O conselheiro Alexandre Guedes questionou se o escopo
105 deveria restringir-se às bolsas CAPES, e o Presidente da Sessão esclareceu que a norma
106 federal não abrangia CNPq nem FAPERJ, sendo consenso que a instrução da UFRJ teria
107 validade apenas onde houvesse regulamentação superior. **3.9-** A Conselheira Ethel
108 Pinheiro sugeriu que o texto se referisse genericamente a "acúmulo de bolsas de
109 mestrado, doutorado e pós-doutorado no país, com outras atividades remuneradas
110 conforme a Portaria CAPES nº 13310", evitando redundâncias. A sugestão foi acolhida, e
111 o termo "CAPES" foi suprimido do título da IN, conforme acordo coletivo. **3.10-** O
112 Conselheiro Marcelo Miguez manifestou preocupação com a comprovação de renda e
113 critérios de vulnerabilidade socioeconômica, previstos nos itens 2 e 3 da Seção II,
114 argumentando que a checagem poderia ser complexa e burocrática. Propôs simplificar a
115 redação, indo do item 1 diretamente ao 4, o que gerou intenso debate. **3.11-** A
116 Conselheira Marta Castilho, membro do GT, explicou que a inclusão desses itens visava
117 justamente permitir que cada PPG definisse com clareza quais rendimentos seriam
118 considerados (mensais, per capita ou permanente) e que essa definição era
119 imprescindível para assegurar objetividade e transparência. **3.12-** A conselheira Ethel
120 Pinheiro sugeriu reorganizar a redação para enfatizar que a análise inicial deve priorizar
121 estudantes em situação de vulnerabilidade e de menor rendimento, e que caberia a cada
122 programa definir critérios e documentos comprobatórios, evitando desigualdades entre
123 áreas. **3.13-** O Presidente da Sessão manifestou preocupação com a viabilidade
124 operacional dessas verificações, questionando se os programas teriam apoio técnico,
125 como assistentes sociais. Diante disso, sugeriu a possibilidade de autodeclaração
126 temporária. **3.14-** A Conselheira Cláudia Carvalho defendeu que o Conselho
127 estabelecesse, ao menos, diretrizes mínimas para orientar os coordenadores, inclusive
128 considerando parâmetros do Plano Nacional de Assistência Social. Reforçou que
129 vulnerabilidade e renda são conceitos distintos e que a avaliação deve priorizar o contexto
130 social do discente. **3.14.1-** Após discussões, acordou-se em manter a vulnerabilidade
131 como critério principal e adotar autodeclaração até que a PR7 disponibilize formulário
132 específico. **3.15-** A Conselheira Cláudia Figueiredo propôs que se reduzisse a burocracia
133 com modelo simples de autodeclaração, inspirando-se nos formulários já utilizados pela
134 FAPERJ. **3.16-** A Conselheira Juliana Beatriz recordou que a Resolução de Ações
135 Afirmativas do CEPG já previa que a PR2 e a PR7 deveriam elaborar tal formulário, e que
136 a IN poderia apenas remeter a esse dispositivo, reforçando a responsabilidade
137 institucional. **3.17-** O Conselheiro Renato Ventura confirmou a informação,
138 acrescentando que o GT havia deliberado pela mesma solução e recomendou que a

redação fosse ajustada para solicitar novamente o apoio da PR7. **3.18-** Diante do consenso, o Presidente da Sessão propôs a redação final: “Na ausência de formulário institucional, será aceita autodeclaração de vulnerabilidade socioeconômica, conforme modelo a ser definido pela PR7”, aprovada pelo Plenário. **3.19-** O debate prosseguiu sobre a inclusão de dispositivos referentes a servidores públicos e docentes da própria UFRJ. **3.20-** Após debate, a Conselheira Natália Trindade propôs a redação conciliatória: “Está autorizada a concessão de bolsas a discentes que atuam como servidores(as) ou que exerçam funções públicas, inclusive na Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde que observadas as condições de elegibilidade previstas nesta Instrução Normativa.” A proposta foi aprovada por unanimidade. **3.21-** O Conselheiro Alexandre Guedes apresentou a redação do item 4.5, referente à priorização de discentes com menor carga horária de trabalho. **3.22-** A Conselheira Julie Pires sugeriu que o conceito fosse objetivamente definido, resultando na redação: “discentes que possuam carga horária semanal menor ou igual a 30 horas.” **3.23-** A Conselheira Cláudia Carvalho manifestou preocupação com o impacto hierárquico dessa priorização, argumentando que redução de carga horária não implica maior dedicação, e que servidores com liberação parcial não deveriam ser prejudicados. **3.24-** Após debate, a Conselheira Juliana Beatriz propôs substituição por “carga horária de trabalho não conflitante com as atividades acadêmicas”, redação aprovada pelo Plenário. **3.25-** A Conselheira Cláudia Carvalho destacou a necessidade de incluir menção à redistribuição periódica de bolsas, esclarecendo que a medida se aplica apenas aos casos de acúmulo e não deveria gerar insegurança a bolsistas regulares. Sugeriu redação: “As bolsas poderão ser redistribuídas ou renovadas periodicamente, conforme critérios estabelecidos pelos programas, resguardadas as prioridades definidas nesta Instrução Normativa.” **3.26-** A Conselheira Natália defendeu que a IN tratasse apenas da manutenção do benefício do acúmulo, sem interferir na política geral de distribuição, sob pena de invadir competência de uma futura Resolução específica. Explicou que o termo “manutenção do benefício” dava segurança ao discente, evitando percepções de instabilidade. **3.26.1-** Após ponderação do Presidente, acordou-se em manter a redação proposta por Cláudia, com a ressalva de que sua aplicação se restringe às situações de acúmulo. **3.27-** A Conselheira Cláudia Carvalho também sugeriu que o CEPG considerasse, em futuras normativas, a inclusão de critérios de conduta ética e comportamento institucional como fatores de elegibilidade, ressaltando a importância de vincular a concessão de bolsas à postura acadêmica e à integridade dos discentes. A sugestão foi registrada para encaminhamento posterior à PR2. **3.28-** A Conselheira Juliana Beatriz lembrou que a Resolução de Ações Afirmativas determina que os programas publicizem os critérios de distribuição de bolsas, e sugeriu que a IN mencionasse explicitamente essa exigência. **3.29-** A Conselheira Ethel Pinheiro reforçou a importância de editar editais específicos ou seções nos editais de seleção para tornar públicos os critérios de priorização e acúmulo, de modo a assegurar transparência. **3.30-** Após debate, foi aprovada a redação final: “Os critérios de elegibilidade e acúmulo de bolsas deverão ser publicizados em edital específico ou em seção dedicada do edital de seleção, de acordo com as normativas do CEPG.” **3.31-** Após as discussões técnicas e redacionais, o Presidente da Sessão colocou a Instrução Normativa sobre o Acúmulo de Bolsas em votação. O texto consolidado, com as alterações acordadas em Plenário, foi aprovado por unanimidade. Sem mais assuntos a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Sessão às 13h. Para constar, eu, Adriene Campelo do Amaral, Secretária do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada pela Presidente da Sessão, Professor João Ramos Torres de Mello Neto, e por mim.

188 Adriene Campelo do Amaral
189 Secretária

João Ramos Torres de Mello Neto
Presidente